



Sumário

[-Apresentação](#)

[-Legislação](#)

[-Jurisprudências recentes](#)

[-Notícias](#)

▮ **Apresentação**

Estimados (as) Defensores (as) Públicos (as):

Nesta 20ª edição do Informativo, de junho de 2017, destacamos no campo das notícias a grave situação enfrentada pelo Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Segundo a defensora Claudio Abramo, o programa PPCAAM não tem aceito novos casos desde janeiro, deixando as vítimas em situação de desamparo. A Defensoria Pública informa que 48% das ameaças decorrem de condutas policiais e 36%, de grupos envolvidos com atividades ilícitas, deixando tanto os adolescentes quanto suas famílias em estado fragilizado e sob risco de vida.

No campo da legislação, há destaque para a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar mendes, que concedeu liminar a pedido de prisão domiciliar para mãe de duas crianças que foi presa preventivamente por acusação de associação ao tráfico de drogas. O ministro afirma que enquanto estiver sob a custódia do Estado, são garantidos aos presos

direitos que devem ser respeitados por autoridades públicas, tal qual o direito à proteção da maternidade e da infância e outros direitos da mulher reclusa, direitos estes previstos na Constituição Federal.

Ainda no campo da legislação ressaltamos a aprovação da **lei nº 13.431/17**, que organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. A lei, ainda, tipifica algumas formas de violência, com destaque para as condutas enquadradas como violência psicológica, tal como a prática de “bullying”, a prática de alienação parental e a exposição da criança ou do adolescente a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, e a figura da violência institucional. Por fim, prevê-se a escuta especializada como procedimento padrão de oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

[Voltar ao menu](#)



▮ Legislação

NORMATIVAS NACIONAIS:

DECRETO Nº 57.706 DE 26 DE MAIO DE 2017: dispõe sobre a criação de Centro Municipal de Educação Infantil. [Leia aqui.](#)

LEI Nº 13.441, DE 8 DE MAIO DE 2017: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente. [Leia aqui](#)

LEI Nº 13.440, DE 8 DE MAIO DE 2017: Altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estipular pena obrigatória de perda de bens e valores em razão da prática dos crimes tipificados como abuso sexual. [Leia aqui.](#)

LEI Nº 13.438, DE 26 DE ABRIL DE 2017: altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde

(SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. [Leia aqui.](#)

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017: Estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. [Leia aqui.](#)

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 22 DE MAIO DE 2017 - Aprova os critérios de partilha para a expansão do financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social no exercício de 2017 e dá outras providências. [Leia aqui.](#)

▮ Jurisprudências Recentes

Primeira Instância

Juiz da vara da infância e juventude de Minas Gerais autoriza que criança tenha nome de duas mães em sua certidão de nascimento. [Leia aqui.](#)

Superior Tribunal de Justiça

Quinta turma do Superior Tribunal de Justiça rejeita pedido de habeas corpus apresentado por defesa de fundador de seita religiosa do Maranhão acusada de promover castração de jovens e outros crimes. [Leia aqui.](#)

Supremo Tribunal Federal

Em decisão, ministro Gilmar Mendes, do STF, deferiu liminar para conceder prisão domiciliar a uma mulher, mãe de duas crianças, que se encontra presa preventivamente sob acusação de associação para o tráfico de drogas. [Leia aqui.](#)

▮ Notícias

Em SP, burocracia e verbas atrasadas deixam crianças e adolescentes ameaçados de morte desprotegidos. Segundo a Defensoria Pública, 48% das ameaças vêm de policiais e 36% de grupos criminosos. [Leia aqui.](#)

Tribunal de Justiça do Alagoas nega pedido de agravo de instrumento ingressado pelo Estado de Alagoas que solicitava reforma de decisão judicial que ordenou a matrícula de adolescente com transtorno do espectro autista em escola comum. [Leia aqui.](#)

Defensoras da Infância e Juventude realizam roda de diálogo com adolescentes internas da Casa Savina Petrilli com intuito de valorização das jovens que foram vítimas de violência sexual. [Leia aqui.](#)

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado (Esdepeal), em parceria com o Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria, promove o "Curso de Capacitação para Dirigentes e Equipes das Entidades de Acolhimento Institucional. [Leia aqui.](#)

Vara da Infância e Juventude realiza audiências em abrigos de Maceió com objetivo de verificar situação dos menores e diminuir o tempo de permanência deles dentro do local. [Leia aqui.](#)

Usuárias de drogas só serão separadas dos filhos em casos extremo, segundo a Prefeitura de Belo Horizonte. [Leia aqui.](#)

Justiça cria núcleo para quem quer apadrinhar crianças e adolescentes em João Pessoa/PB. [Leia aqui.](#)

CCJ aprova internação de até 8 anos para menores que cometem crimes hediondos. [Leia aqui.](#)

[Voltar ao menu](#)



O **Boletim Eletrônico do Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública** destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa.